

HABEAS CORPUS Nº 548.419 - SP (2019/0356085-6)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : ALANDESON DE JESUS VIDAL - SP168644
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRUNO RODRIGUES DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de BRUNO RODRIGUES DE OLIVEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos autos do Agravo em Execução n.º 7001233-30.2019.8.26.0071.

Consta nos autos que o Paciente cumpre pena privativa de liberdade de 12 (doze) anos e 13 (treze) dias de reclusão, em razão da prática dos crimes de roubo circunstanciado (duas vezes) e simples, com data de término da pena prevista para 15/05/2029, e obteve a progressão ao regime ao regime semiaberto em 10/05/2019.

Inconformado, o Ministério Público interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem, que deu provimento ao recurso, em acórdão assim ementado (fl. 12):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. Progressão de regime. Decisão a quo procedente para o semiaberto, sem realização de exame criminológico. Ministério Público requer a reforma do decisum para que o sentenciado seja regredido ao regime anterior para realização do exame pericial por equipe multidisciplinar. Com parcial razão. Em que pese o atestado de bom comportamento carcerário, restam dúvidas quanto ao preenchimento do requisito subjetivo, por se tratar de sentenciado reincidente em crimes violentos. Necessário realizar exame mais apurado, a fim de verificar o preenchimento do requisito subjetivo.

De rigor a realização de exame criminológico por equipe multidisciplinar e com conclusão conjunta. Entretanto, sem regressão para o regime fechado, em razão de, até o momento, o agravado vir demonstrando adequação às regras impostas, sem qualquer registro de infração disciplinar. Agravo parcialmente provido."

Neste writ, a Defensoria Pública alega que a legislação de regência não mais

exige o prévio exame criminológico do reeducando para a instrução do pedido de progressão de regime, sendo suficiente, além do requisito temporal, a comprovação de bom comportamento carcerário emitido pelo Diretor do estabelecimento prisional (fl. 5).

Sustenta, ainda, que *"O PACIENTE FICOU EM REGIME SEMIABERTO, CUMPRINDO COM TODAS AS SUAS OBRIGAÇÕES, O QUE DEMONSTRA A CORREÇÃO DO DECIDIDO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA"* (fl. 5).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para cassar o acórdão impugnado, mantendo a progressão de regime deferido ao Paciente. Alternativamente, pleiteia que o exame criminológico possa ser realizado em regime semiaberto.

É o relatório inicial.

Passo à análise do pedido urgente.

In casu, o Tribunal de origem deu provimento ao recurso ministerial, sob a seguinte fundamentação (fls. 13-15):

"Devidamente processado, o agravo comporta parcial provimento.

Depreende-se dos autos que o sentenciado cumpre pena total de 12 (doze) anos e 13 (treze) dias de reclusão, pela prática dos crimes de roubos majorados e simples, com TCP previsto para 15/05/2029.

[...]

Os requisitos exigidos para a concessão da progressão de regime continuam a ser o de cunho objetivo (cumprimento de parcela da pena) e o de ordem subjetiva (mérito durante a expiação).

Modificou-se, apenas, a forma empregada para a verificação do mérito, que passou a ser aferido a partir do comportamento do sentenciado durante o cumprimento da pena, atestado pela direção da unidade prisional onde estiver recolhido.

Entretanto, em caso de fundada dúvida, quando as peculiaridades do caso indicarem, poderá o Magistrado determinar a submissão do sentenciado à perícia criminológica, com vistas à obtenção de dados mais acurados sobre sua conduta no decorrer do cumprimento da pena.

[...]

De modo que, entendendo o juiz que a análise mais elaborada e substancial viabilizada pelo exame possa contribuir positivamente para a formação de sua convicção, plenamente possível (e recomendada) a sua realização.

In casu, não obstante o atestado de bom comportamento

carcerário, o histórico do sentenciado mostra-se desfavorável, conforme se depreende da documentação acostada, além de se tratar de crimes que envolvem violência ou grave ameaça, de modo que a progressão para o regime intermediário sem elementos que permitam observar com maior grau de segurança a efetiva absorção da terapêutica penal mostra-se, nesse momento, temerária.

Insta consignar que o magistrado não está obrigado a decidir conforme a conclusão técnica, porém com o resultado em mãos, possui mais elementos de convicção que certificam mais segurança em sua decisão.

Assim, entendo que a análise mais elaborada e substancial, viabilizada por um exame criminológico completo e sem vícios, pode contribuir positivamente para a formação da convicção a respeito do preenchimento dos requisitos subjetivos, do sentenciado.

Desse modo, de rigor a realização da perícia técnica elaborada por assistente social, psicólogo e psiquiatra, inclusive.

[...]"

No caso, observo, em juízo de cognição sumária, que estão preenchidos os requisitos para a concessão de provimento liminar, quais sejam, o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*.

Embora na hipótese tenha sido ressaltada a ausência do requisito subjetivo, o Colegiado a quo não declinou elementos concretos, ocorridos durante o cumprimento da pena, que apontassem desabono ou demérito do Paciente – o que não é admitido pela jurisprudência desta Corte.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. REQUISITOS ADIMPLIDOS. DETERMINADA A PRÉVIA REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO SEM ADEQUADA FUNDAMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A despeito de o Magistrado da execução penal não estar adstrito aos termos do atestado de bom comportamento carcerário, não pode o indeferimento da progressão de regime estar calcado em fundamentos que não guardam correlação com o cumprimento das penas impostas ao sentenciado ou não possuam contemporaneidade com a situação prisional hodierna.

2. Agravo regimental não provido." (AgRg no HC 525.451/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em

Superior Tribunal de Justiça

03/09/2019, DJe 10/09/2019.)

Ante o exposto, DEFIRO a liminar para suspender os efeitos do acórdão impugnado, restabelecendo a decisão do Juiz da 1.^a Vara das Execuções Criminais da Comarca de Bauru/SP proferida no Processo n.º 1.190.919.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo de primeiro grau, com o encaminhamento de cópia desta decisão.

Solicitem-se informações ao Juízo da 1.^a Vara das Execuções Criminais da Comarca de Bauru/SP, com o envio de cópia do boletim informativo da execução do Paciente, bem como a chave de acesso às informações processuais, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora